

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO

Grupo de Trabalho do Carnaval - Observatório 2023

Aprovado pelo Requerimento de Comissão nº1637/2021
Modificado pelo Requerimento de Comissão nº2036/2023

RELATÓRIO FINAL

Belo Horizonte
2023

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 12/12/2023
HORA: 15:51:58

SUMÁRIO

1 SOBRE O GRUPO DE TRABALHO DO CARNAVAL	3-4
1.1 Consolidação do Grupo de Trabalho	3-4
1.2 Metodologia do Grupo de Trabalho	4-5
2 BREVE HISTÓRICO DO CARNAVAL: DA FUNDAÇÃO DA CIDADE À MAIOR FESTA DE RUA DO PAÍS	6-8
2.1 Carnaval como patrimônio vivo	9
3 SOBRE O CARNAVAL DE HOJE:	10
3.1 Panorama geral	10-16
3.2 Dados e indicadores	16-26
4 PESQUISA SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CARNAVAL	27-28
5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO PODER PÚBLICO	29-32
REFERÊNCIAS	33-36
ANEXO	37

1 SOBRE O GRUPO DE TRABALHO DO CARNAVAL:

1.1 Consolidação do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho (GT) do Carnaval foi criado no ano de 2021, por meio do Requerimento de Comissão nº 1637/2021 junto à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo. O GT tinha como objetivo estudar e analisar as condições para a realização do Carnaval em Belo Horizonte no ano de 2022, em virtude da permanência do contexto da pandemia do Covid-19 após o estabelecimento das campanhas de vacinação da população e as condições que se apresentaram para o retorno de um evento de grande porte como o Carnaval na cidade. Entretanto, o GT não chegou a implementar as ações previstas no plano de trabalho.

Em 2023, dada à nova conjuntura pós pandemia e a retomada do Carnaval presencial, o Grupo de Trabalho se rearticulou a fim de contribuir para a consolidação de uma política pública efetiva para a Cultura do Carnaval na cidade, considerando a expansão expressiva nos últimos anos e as especificidades da festa em Belo Horizonte.

O atual GT é composto pelas vereadoras Cida Falabella, Marcela Trópia e professora Marli e pelos vereadores Juliano Lopes e Pedro Patrus, tendo como relatora a vereadora Cida Falabella. O escopo do GT foi ampliado pelo Requerimento de Comissão nº 2036/2023 e o plano de trabalho vigente foi aprovado, na reunião de 02 de agosto de 2023, na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, por meio do Requerimento de Comissão nº 2037/2023, estruturando as atividades no período de agosto a dezembro deste ano.

A fim de dimensionar os trabalhos a partir deste novo recorte, a atuação do GT foi estruturada de modo a contemplar desde estudos de legislações no país sobre o Carnaval, pedidos de informações para os órgãos governamentais, reuniões institucionais com o Poder Público, além de visitas técnicas a Escolas de Samba, Blocos Caricatos, Blocos de rua e Blocos afro, além de encontros com representantes da cadeia produtiva e criativa do Carnaval.

Logo, todo este trabalho se fundamenta em compreender os processos de produção dos agentes e coletivos que fazem o Carnaval na cidade, as principais demandas junto ao Poder Público, tendo em vista que o trabalho destes atores não

se inicia às vésperas do evento oficial, mas envolve um processo coletivo, complexo e contínuo ao longo do ano, demandando políticas estruturantes para o Carnaval da cidade, considerando o viés democrático, diverso e plural da festa belo-horizontina.

Portanto, o presente documento é um relatório das atividades do GT no período de agosto a dezembro de 2023, que já traz importantes apontamentos, recomendações e dados resultantes acerca do Carnaval belo-horizontino.

1.2. Metodologia do Grupo de Trabalho

A fim de subsidiar as ações do GT, aliou-se os estudos teóricos e análise de indicadores e outras informações ao trabalho de campo, por meio das visitas técnicas, encontros e entrevistas com agentes de iniciativas carnavalescas, reuniões e outras articulações com instituições governamentais, que se pautou, especialmente, pelas seguintes ações:

- Audiência de balanço do Carnaval 2023, inaugurando a atuação do GT no dia 02 de agosto de 2023 vinculada à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo;
- Estudo comparativo sobre as legislações, programas e projetos já existentes sobre políticas públicas voltadas para o Carnaval em Belo Horizonte, bem como outros municípios e estados brasileiros e Decretos do Executivo Municipal;
- Visitas técnicas a Escolas de Samba, Blocos Caricatos e Blocos de rua que pudessem contribuir para compreender a dinâmica de trabalho dos agentes culturais durante o ano todo na perspectiva da Cultura do Carnaval e que pudessem sinalizar as principais demandas junto ao Poder Público. Deste modo, foram realizadas seis visitas técnicas, a saber: Escola de Samba Cidade Jardim, Associação de Blocos Caricatos, Espaço Cultural Casa Fúnebre, Bloco Orisamba, Escola de Samba Acadêmicos de Venda Nova, Escola de Samba Triunfo Barroco e cinco conversas com agentes dos Blocos Então, Brilha!, Todo Mundo Cabe no Mundo, Unidos do Samba Queixinho, Sagrada Profana, Corte Devassa, Angola Janga, Magnólia, Babadan Banda de rua e Chama o Síndico. Tais encontros ampliarão a compreensão da lógica de atuação dos

blocos e escolas, de como se estrutura a dinâmica interna das principais ações das iniciativas e demandas no cotidiano destes coletivos;

- Reunião com a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), autarquia responsável pela organização do Carnaval em Belo Horizonte, a fim de compreender o planejamento, a operacionalização e as principais questões envolvendo os programas e projetos para a festa na cidade;
- Reunião com a Cemig Cultural, tendo como pauta o entendimento do desenho do projeto "Carnaval da Liberdade" e a articulação com o Carnaval de Belo Horizonte e região metropolitana;
- Elaboração dos relatórios das visitas técnicas, reuniões e apuração dos principais dados e apontamento das principais demandas;
- Audiência para entrega do relatório final do GT e principais apontamentos a partir das ações realizadas e da escuta com os atores que fazem o Carnaval da cidade.

2 BREVE HISTÓRICO DO CARNAVAL: DA FUNDAÇÃO DA CIDADE À MAIOR FESTA DE RUA DO PAÍS

Embora não seja um fato histórico amplamente difundido, Belo Horizonte já possuía uma vocação da cultura carnavalesca antes de se tornar a capital mineira: aqui nasceram os festejos nas ruas e também os bailes em salões.

Nos anos que se seguiram após a fundação da cidade, os trabalhadores desfilavam em cima de carroças, com os rostos pintados de carvão e tocando em tambores e latas, promovendo a criação dos Blocos Caricatos, marco da origem do Carnaval na capital mineira, com atuação vigente até os dias atuais.

Sobre a perspectiva histórica, Braga; Vieira (2014) aportam os seguintes marcos, que reforçam a criação da nova capital de Minas Gerais atrelada à própria história do Carnaval belo-horizontino:

A história do carnaval de Belo Horizonte remonta à criação da nova capital. Com apenas 67 dias de instalação, sob a denominação de Cidade de Minas, começou o carnaval do ano de 1898 nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro. Paralelamente, vários bailes particulares aconteceram em residências promovidos pela juventude. Alguns boêmios alugaram um grande salão na avenida Paraopeba, entre as ruas da Bahia e Espírito Santo, e realizaram bailes de máscaras durante as três noites ao som de polcas, valsas, schottisch, quadrilhas e maxixes até ao amanhecer. Já no ano de 1904 houve a fundação do Clube Matakins e, através dele, os primeiros desfiles com carros ornamentados e fantasiados denominados 'O Corso'. Esses desciam a avenida Afonso Pena, a partir da avenida Carandaí, lentamente até a Praça Sete.

Portanto, a tradição do Carnaval em Belo Horizonte remonta de um processo mais longínquo que a configuração atual: além dos Blocos Caricatos, tem-se como marco o famoso "Corso" quando homens vestidos de mulheres desfilaram atrás de carroças, fazendo o percurso da Praça da Liberdade até a avenida Afonso Pena, enquanto foliões fantasiados seguiam em automóveis enquanto seus ocupantes jogavam confetes e serpentinas. Em 1899, surgiram as tradicionais bandas carnavalescas e Belo Horizonte ganhou o seu primeiro grupo carnavalesco, chamado "Diabos de Luneta".

Na década de 1930, surgiram as batalhas de confete e a primeira Escola de Samba de Belo Horizonte, a Pedreira Unida, criada na Pedreira Prado Lopes. A tradicional Banda Mole estreou no Carnaval da capital em 1975. E, na década de

1980, as Escolas de Samba fizeram desfiles luxuosos diante de arquibancadas lotadas, juntamente com os Blocos Caricatos e Belo Horizonte tinha um dos maiores Carnavais do país.

Durante alguns anos na década de 1990, as escolas não desfilaram, levando a imprensa a decretar que o Carnaval estava “morto”, período no qual o Poder Público abandonou o apoio à festa e deixando “à deriva” os coletivos e fazedores do Carnaval na cidade. Muito se deve à falta de reconhecimento e de investimento sistemático na festa. No ano de 1997 retornaram os desfiles com os Blocos Caricatos e as tradicionais Escolas de Samba e, no início dos anos 2000, consolidou-se a retomada do Carnaval de Passarela na cidade.

Desde as primeiras décadas do século XX quando Belo Horizonte tinha um dos maiores carnavais do país à completa precarização na década de 1990 em virtude do abandono do Poder Público, o Carnaval de Belo Horizonte nunca deixou de existir graças ao trabalho dos próprios agentes e fazedores do Carnaval e do samba na cidade. Por volta de 2009, o Carnaval dos Blocos de rua e Blocos afro ganhou novo fôlego a partir da articulação de vários coletivos que reivindicavam o uso livre do espaço público, em um período marcado pelo cerceamento de atividades na principal praça cívica da cidade.

O professor e historiador Guto Borges, agente destacado na retomada do Carnaval de rua da cidade a partir do início da década de 2010, reforça como a festa belo-horizontina faz também contraponto ao modelo privatista da festa e reivindica o direito à cidade:

"A cidade caminhava para ser toda feita de espaços privados, shoppings, condomínios, a gente começa a sentir muito a perda do direito ao uso da cidade. E existe uma forma de reação. O que diferenciou esses blocos que deram sequência ao movimento foi a tematização muito clara da necessidade do carnaval como um grande instrumento de retomada do espaço público na cidade. São infinitos carnavais na cidade. São muitas visões, muitas propostas. Não é um formato de uma monocultura, são várias culturas. É um carnaval que permanece em gestação, experimentando diversos formatos musicais e formas de espetáculo, não tem certo e errado. Tem para todo gosto e que siga assim. Quanto mais diversas e criativas as formas de uso da cidade, maior a riqueza cultural." (BORGES, 2023)¹

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2023/noticia/2023/02/17/carnaval-de-bh-historia-secular-e-marcada-por-resistencia-diversidade-e-renovacao.ghtml>. Acesso em 27.nov.2023

Portanto, a fala de Guto Borges reitera a promoção do Carnaval como a promoção do direito à cidade e a diversidade presente na retomada do Carnaval, que contempla, de fato, vários Carnavais, com suas especificidades, convivendo na folia.

Atualmente, o Carnaval da cidade é uma das maiores festas populares do país, que leva mais de 1 milhão de pessoas às ruas de Belo Horizonte por dia de folia, movimentando mais de R\$720 milhões, conforme dados do Carnaval 2023. No Carnaval 2024 a cidade vai abrigar cerca de 400 Blocos de rua, 12 Escolas de Samba e 7 Blocos Caricatos.

O Carnaval de Belo Horizonte se traduz pela diversidade, por ser uma festa democrática, de acesso livre e irrestrito, sem camarotes, abadás ou cordas que separa e segmenta o público de quem pode ou não pode pagar por um espaço privilegiado, o que de fato não procede no Carnaval de rua de Belo Horizonte.

Atualmente o Carnaval belo-horizontino atrai foliões tanto da capital mineira, quanto das cidades vizinhas da região metropolitana e de outros estados brasileiros. São mais de 200.000 turistas, ocupando 70% dos hotéis, em conformidade com os dados do Observatório do Turismo da Belotur².

Assim, a dimensão estratégica do Carnaval precisa ser notabilizada e tratada de forma efetiva pelo Poder Público, não apenas durante o período oficial do evento, mas durante o ano todo, fomentando a Cultura do Carnaval e sua memória.

É prioritário ainda reconhecer os trabalhadores ambulantes, os catadores de materiais recicláveis, os artesãos, adrecistas, cenógrafos, costureiras, produtores, técnicos de som e luz, a chamada “turma da graxa”, que atuam tanto no Carnaval de rua, quanto no Carnaval de Passarela, promovendo a economia criativa local e territorial, gerando empregos, cultura e cidadania nos territórios, nos dias de folia e durante todo o ano.

² Mais informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/observatorio-do-turismo>. Acesso em 12.dez.2023.

2.1 Carnaval como patrimônio vivo

É significativo registrar que a consolidação da festa na cidade se vincula também ao início dos processos de registro e inventário do Samba e das expressões culturais do Carnaval de Belo Horizonte, a fim de que os mesmos se tornem patrimônio imaterial da cidade.

No que se refere ao inventário e registro do samba, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) aprovou o processo por meio da Deliberação 049/2015 de 18 de abril de 2015. Neste ano de 2023, foi dado início à construção participativa do inventário do samba de Belo Horizonte, em parceria com a UFMG e o Coletivo Mestre Conga³.

A mesma deliberação do Conselho de Patrimônio aprovou a abertura do processo de inventário e registro das expressões culturais do Carnaval. A Agência Mineira de Entretenimento foi a vencedora do pregão no dia 08/08/2023 por meio da modalidade menor preço para fazer o inventário e dossiê com o valor R\$248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais). O processo licitatório está em análise pelo Ministério da Cultura para aprovação e liberação para assinatura do contrato com a empresa vencedora⁴.

Outro ponto importante que merece destaque neste processo é a produção de um dossiê, por iniciativa da própria Associação dos Blocos Caricatos, tendo como finalidade subsidiar os estudos sobre essas agremiações desde a inauguração da cidade.

Portanto, o registro do Carnaval de Belo Horizonte enquanto patrimônio imaterial avança no sentido de compreensão do Carnaval enquanto memória, cultura e história vinculada aos processos de formação da própria cidade e que deixam um legado de patrimônio vivo.

³ Mais informações acesse em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/reuniao-publica-apresenta-proposta-de-inventario-cultural-sobre-o-samba-em-bh>

⁴ Informações sobre o pregão eletrônico disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/licitacao/pregao-eletronico-004-2023>. Acesso em 11.dez.2023.

3 SOBRE O CARNAVAL DE HOJE:

3.1 Panorama geral

A fim de compreender a dinâmica e complexidade do atual Carnaval de Belo Horizonte, apresentaremos as diferentes categorias que vinculam à festa e integram a diversidade conceitual, cultural e dinâmica da folia da capital mineira.

- **Carnaval de Passarela:**

O Carnaval de Passarela se caracteriza pelo espaço dedicado tanto às Escolas de Samba quanto aos Blocos Caricatos e quando a população pode usufruir das apresentações artísticas destes dois grupos.

Conforme informações da Belotur, entre 2004 a 2010, os desfiles dos Blocos Caricatos e das Escolas de Samba aconteceram na via 240, região norte da cidade. Em 2011, o desfile foi realizado no Boulevard Arrudas, na região centro-sul e, desde 2014, os desfiles acontecem na Avenida Afonso Pena (entre as ruas Pernambuco e Espírito Santo), região central da capital. A estrutura é montada entre os quarteirões da Avenida Carandaí e Rua da Bahia e o evento é gratuito.

Os Blocos Caricatos desfilam na segunda-feira de Carnaval. As Escolas de Samba tomam a passarela na segunda e terça-feira. A apuração do Concurso acontece na quinta-feira seguinte ao feriado, antes do final de semana do Pós-Carnaval. Desde 2023, os desfiles são transmitidos ao vivo pela Rede Globo.⁵ Em 2024, espera-se o desfile de 12 Escolas de Samba e 07 Blocos Caricatos, em conformidade com os regulamentos publicados.

- **Blocos Caricatos:**

Os Blocos Caricatos, conforme já exposto, são uma tradição belo-horizontina e remontam à fundação da capital mineira. Eles se diferenciam das Escolas de Samba porque as baterias de ritmistas desfilam em cima de um caminhão com tamanho de

⁵ Mais informações em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2023/noticia/2023/02/21/carnaval-2023-g1-e-tv-globo-transmitem-o-desfile-das-escolas-de-samba-de-bh.ghtml>. Acesso em 04.dez.2023.

carroceria de 07 metros de comprimento. Eles se organizam por meio de uma Associação Cultural sem fins lucrativos, criada no ano de 2010 e atualmente composta por 08 Blocos Caricatos.

Os desfiles possuem caráter competitivo e a Comissão Julgadora avalia os seguintes quesitos: 1. Bateria; 2. Temática; 3. Fantasia; 4. Alegorias e Adereços; 5. Samba e/ou Marcha Tema. Os Estivadores do Havaí foram o último Bloco Caricato a vencer o concurso.

Conforme informações disponibilizadas no Instagram da Associação dos Blocos Caricatos⁶, o desfile dos blocos do Grupo A no Carnaval 2024 será realizado na seguinte sequência: 1) Bloco Mulatos do Samba; 2) Bloco Por Acaso; 3) Bloco Estivadores do Havaí; 4) Bloco Bacharéis do Samba; 5) Bloco Unidos da Zona Norte; 6) Bloco Os Aflitos do Anchieta; 7) Bloco Os Corsários do Samba.

Segundo regulamento para o Carnaval 2024 publicado pela Belotur, o montante direcionado aos Blocos Caricatos foi de R\$589.360,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais). Além de prever o auxílio financeiro individual no valor de R\$67.420,00 (sessenta e sete mil quatrocentos e vinte reais); para subsidiar cada desfile no Grupo A e auxílio financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o Grupo B, também prevê a premiação em dinheiro dos três primeiros colocados, à melhor bateria e ao melhor compositor.

- **Escolas de Samba:**

As Escolas de Samba existem em todo o país e também são presença tradicional no Carnaval de Passarela de Belo Horizonte. A atual Campeã do Carnaval de BH é a Escola de Samba Acadêmicos de Venda Nova. Em 2024, doze Escolas de Samba irão desfilar. Na segunda-feira, serão quatro Escolas do Grupo de Acesso, após o desfile dos Blocos Caricatos. Na terça, serão oito Escolas do Grupo Especial.

São quesitos avaliados pela Comissão Julgadora das Escolas de Samba: 1- Bateria; 2- Samba Enredo; 3- Conjunto; 4- Enredo; 5- Alegorias e Adereços; 6- Fantasias; 7- Comissão de Frente; 8- Mestre-sala e Porta-bandeira; 9- Harmonia.

Conforme informações disponibilizadas no Instagram oficial da Liga das Escolas de Samba de Minas Gerais⁷, a ordem dos desfiles do Grupo Especial no

⁶ Informações disponíveis em: <https://www.instagram.com/blocoscaricatosdebh/>. Acesso em 01.dez.2023.

⁷ Informação disponibilizada em: <https://www.instagram.com/aliga.mg/>. Acesso em 30.nov.2023.

Carnaval 2024 está organizada da seguinte forma: 1) GRES Imperatriz de Venda Nova; 2) GRES Estrela do Vale; 3) GRES Raio de Sol; 4) GRES Canto da Alvorada; 5) GRES Acadêmicos de Venda Nova; 6) GRES Cidade Jardim; 7) GRES Imperavi de Ouros; 8) GRES Bem-Te-Vi. Já o Grupo de Acesso terá a seguinte sequência: 1) Escola Triunfo Barroco; 2) Escola Unidos do Guaranys; 3) Escola Mocidade Independente da Pampulha; 4) Escola Mocidade Verde e Rosa.

O regulamento do Carnaval 2024 publicado pela Belotur destinou R\$2.535.520,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte reais) ao fomento às Escolas de Samba. Serão R\$243.800,00 (duzentos e quarenta e três mil e oitocentos reais) para subsidiar os desfiles das oito Escolas do Grupo Especial e R\$146.280,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta reais) para as quatro Escolas do Grupo de Acesso. Também é prevista uma premiação em dinheiro às três primeiras colocadas, às vencedoras nos quesitos bateria, samba enredo, mestre-sala e porta-bandeira e Comissão de Frente e à campeã do Grupo de Acesso.

- **Blocos de Rua:**

Os Blocos de rua acontecem em toda a cidade desde o pré-carnaval, durante o feriado e após a quarta-feira de cinzas, com destaque para a diversidade de tamanhos, horários, formatos e temáticas para os cortejos. Existem os blocos afro, grandes blocos, que arrastam multidões, com estrutura de trio elétrico, som e bateria mais complexos, até as fanfarras sem som mecânico e blocos com uma concentração menor de foliões, assim como Blocos que reúnem grupos por meio de recortes temáticos ou identitários (como crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres) ou por bairros ou territórios periféricos.

Conforme dados do Observatório do Turismo de Belo Horizonte, a estimativa é que cerca de um milhão de foliões circularam pela cidade, por dia, durante o feriado de Carnaval em 2023. Em 2024, a expectativa é de que sejam cerca de 400 Blocos de rua. Houve um aumento de 15% nos desfiles previstos a serem realizados e 168 novos blocos de rua se inscreveram para desfilar pela primeira vez no Carnaval.⁸

Com a finalidade de realizar um planejamento geral do Carnaval, desde o ano de 2013 a Belotur realiza um cadastro prévio de Blocos de rua que pretendem desfilar

⁸ Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-de-bh-2024-tera-mais-blocos-de-rua-que-edicao-deste-ano&sa=D&source=docs&ust=1702292658087098&usq=AOvVaw0J8rtFsvwvkj_PnVGZHiYH. Acesso em 11.dez.2023.

e de vendedores ambulantes para trabalhar durante os dias de festa. Com isso, é possível dialogar com os organizadores dos Blocos sobre os trajetos, licenciamentos e condições para o desfile; oferecer infraestrutura gratuita aos Blocos de rua cadastrados - banheiros químicos, gradis, produção, segurança pública, operações de tráfego, etc., bem como informar trajetos e horários aos trabalhadores ambulantes cadastrados.

A Prefeitura também promove a articulação entre os diversos órgãos e serviços do Executivo, por meio do Centro Integrado de Operações, inaugurado no ano de 2014.⁹

Desde 2017, a Belotur também lança editais de auxílio financeiro aos Blocos de rua, uma iniciativa pioneira no país. Em 2024, serão R\$1.662.500,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), montante distribuído da seguinte forma: auxílio individual de R\$21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) para cinquenta blocos na categoria A, auxílio individual de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para trinta e cinco blocos na categoria B e auxílio individual de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para vinte blocos na categoria C, contemplando cerca de 25% do total de Blocos que devem desfilar.

Cabe ressaltar que nem todos os Blocos de rua concorrem ao edital de fomento. Em 2023, metade dos inscritos receberam recursos. Os valores são questionados por diversos blocos relevantes na cidade, por desconsiderar o porte de muitas iniciativas essenciais ao Carnaval da cidade.

Para viabilizar seus cortejos, os Blocos de rua se organizam em ações diversas para custear os desfiles e ensaios, a exemplo de campanhas colaborativas, festas, feijoadas, ensaios para o público, vendas de camisetas e outros produtos, mensalidades dos integrantes e busca de apoio junto à iniciativa privada.

- **“Kandandu”- Encontro de Blocos Afro:**

O Kandandu, encontro de blocos afro de Belo Horizonte, foi reconhecido em 2018 pelo Ministério dos Direitos Humanos como uma das principais ações de promoção da igualdade racial do país. A apresentação marca a abertura oficial do feriado de Carnaval na capital mineira. A palavra Kandandu, que na língua africana kimbundu significa “abraço”, também expressa a união de filosofias, conhecimentos

⁹ Informação disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca/copbh>. Acesso em 07.dez.2023

e vivências por meio da ancestralidade africana. Realizado desde o ano de 2017, o Kandandu possui parceria histórica com a Associação dos Blocos Afros de Minas Gerais (Abrafo) para viabilizar o encontro que é dividido em dois dias de apresentações no palco principal da Praça da Estação. Em 2023, houve a participação dos Blocos Swing Safado, Afoxé Bandarerê, Bloco Magia Negra, Oficina Tambolelê, Arrasta Favela, Bloco Afrodum e Samba da Meia Noite.

Há um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais que visa reconhecer a relevância cultural do Kandandu em Minas Gerais. O PL 754/2023 é de iniciativa da deputada estadual Macaé Evaristo e foi aprovado em primeiro turno.

- **Palcos**

Oficiais:

Os palcos oficiais são estruturas de palco, som e luz em espaços públicos da cidade para apresentações artísticas de grupos locais, regionais e nacionais durante o período oficial do Carnaval de Belo Horizonte. Antes da pandemia, eram montados até oito palcos oficiais por diversas regionais. Em 2023, houve apenas um palco oficial na Praça da Estação que, além de acolher o “Kandandu” contou com programação artística em parceria com o SESC.

- **Vendedores Ambulantes:**

Os vendedores ambulantes são agentes fundamentais na realização do Carnaval em Belo Horizonte. São mais de 15.000 trabalhadores e trabalhadoras que asseguram o princípio democrático da festa, presentes em concentrações, dispersões e cortejos por toda a cidade. A Prefeitura abre processo prévio de cadastramento das pessoas interessadas em vender seus produtos no período do Carnaval. Em 2023, o número de vendedores ambulantes que se cadastraram para trabalhar durante o Carnaval foi de 16.117 pessoas. Houve um crescimento de, aproximadamente, 10% em relação à edição de 2020, em que foram registrados 14.694. Os números são do Observatório do Turismo de Belo Horizonte.

- **Economia Local:**

Embora não se tenha mensurado o impacto financeiro para a cidade, é importante reconhecer que a realização do Carnaval movimenta um número expressivo de pequenos produtores e comerciantes, que vão desde os comércios locais de materiais especializados como tecidos, fantasias, tintas, maquiagens, acessórios, aviamentos, passando pelos artesãos e artesãs, aderecistas, costureiras, cenógrafos de alegorias, cenotécnicos e músicos. Também há uma série de empreendimentos carnavalescos típicos da cidade, como as bebidas catucaí, a jambruna, ou o xeque-mate. Essa rede, que precisa ser mapeada e analisada, faz girar uma economia local significativa para a cidade e sua população, bem como para a arrecadação do Município.

- **Catadores de materiais recicláveis:**

Outro grupo imprescindível para a realização efetiva do Carnaval de Belo Horizonte são os catadores de materiais recicláveis. Haja vista a dimensão do Carnaval, a produção de materiais recicláveis como latas e garrafas PET nos dias da festa é significativa. Para tanto, a Prefeitura, por meio do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), desenvolveu, nos anos de 2019 e 2020, o Projeto Catadores, com a finalidade de promover a inclusão dos catadores no Carnaval. A organização das Centrais de Coleta foi realizada pelas cooperativas Asmare, Coopesol Leste e Cataunidos. Em 2020, o projeto foi realizado em parceria com a Ambev e, em 2023, a Belotur realizou o projeto por meio de emenda parlamentar impositiva.

São ainda muitas cooperativas espalhadas nas diferentes regionais da cidade, num trabalho dinâmico e significativo.

Durante a festa, houve três centrais de coleta em 2023 localizadas na Avenida Aarão Reis com Viaduto da Floresta (atrás do CRJ), na rua dos Inconfidentes 766 ao lado da Savassi e na rua Norita no Santa Tereza, com funcionamento de 12h às 20h nas três unidades. A quantidade de material coletado em 2023 correspondeu a 3,3 toneladas de vidro, 35 toneladas de papel, metal e plástico, conforme dados da SLU. A Belotur informou que ao todo foram coletadas 964 toneladas de resíduos, 7,5 toneladas de vidro e 22,5 toneladas de recicláveis. Foram cerca de 300 catadores cadastrados, além dos catadores avulsos.

- **Corte Momesca:**

A Corte Real Momesca do Carnaval de Belo Horizonte é responsável por representar a folia e levar o espírito carnavalesco a eventos e agendas oficiais de promoção da festa na cidade. Eleita desde 1980¹⁰, ela é composta por um Rei, Rainha e Princesa, eleita em um evento aberto, no qual os candidatos e candidatas se apresentam e uma Comissão Julgadora avalia quesitos como comunicação, simpatia, espírito carnavalesco, samba no pé, desembaraço, sociabilidade, facilidade de expressão, elegância e graciosidade. Os eleitos têm garantida a fantasia pelo Poder Público.

- **Rede Cidades do Carnaval:**

Criada no ano de 2021 pela Belotur¹¹, a Rede Cidades do Carnaval foi idealizada com objetivo de integrar os gestores públicos das maiores cidades que realizam a festa, discutir os desafios para a realização dos eventos e suas diferentes manifestações tradicionais, promover discussões, intercâmbios de boas práticas e políticas públicas do Carnaval. Os encontros não possuem agenda fixa e regularidade. Integram a Rede Cidades do Carnaval gestores públicos das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Olinda, além do Distrito Federal.

A Rede, por meio de parceria com o Sebrae Minas, viabilizou diversas ações de qualificação e capacitação voltadas para produtores, artistas e gestores envolvidos no evento de rua, tendo como propósito contribuir e preparar esses profissionais para o enfrentamento das adversidades características do setor.

3.2 DADOS E INDICADORES:

Visando subsidiar a consolidação de políticas públicas para a Cultura do Carnaval, o GT do Carnaval solicitou aos diferentes órgãos vinculados ao Executivo Municipal e à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, informações referentes à realização da festa, considerando o recorte temporal de quinze anos (2008/2023), a fim de obter séries históricas e perceber a mais recente retomada do Carnaval de rua.

¹⁰ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/20/interna_gerais.719083/conheca-a-corte-real-momesca-que-vai-animar-o-carnaval-2016-em-bh.shtml#google_vignette. Acesso em 28.nov.2023.

¹¹ Mais informações acesse: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/rede-criada-pela-pbh-se-reune-para-debater-politicas-publicas-para-o-carnaval>. Acesso em 12.dez.2023

A partir da resposta aos referidos requerimentos, as assessorias técnicas vinculadas ao mandato da relatora do GT do Carnaval analisaram as informações que dão a dimensão dos impactos do Carnaval belo-horizontino, a partir da perspectiva econômica, social, cultural, ambiental, apontando a complexidade da folia e a necessidade de um trabalho coordenado pelo Executivo. É importante ressaltar a fragilidade na sistematização de dados anteriores a 2017 e a ausência de informações anteriores a 2013.

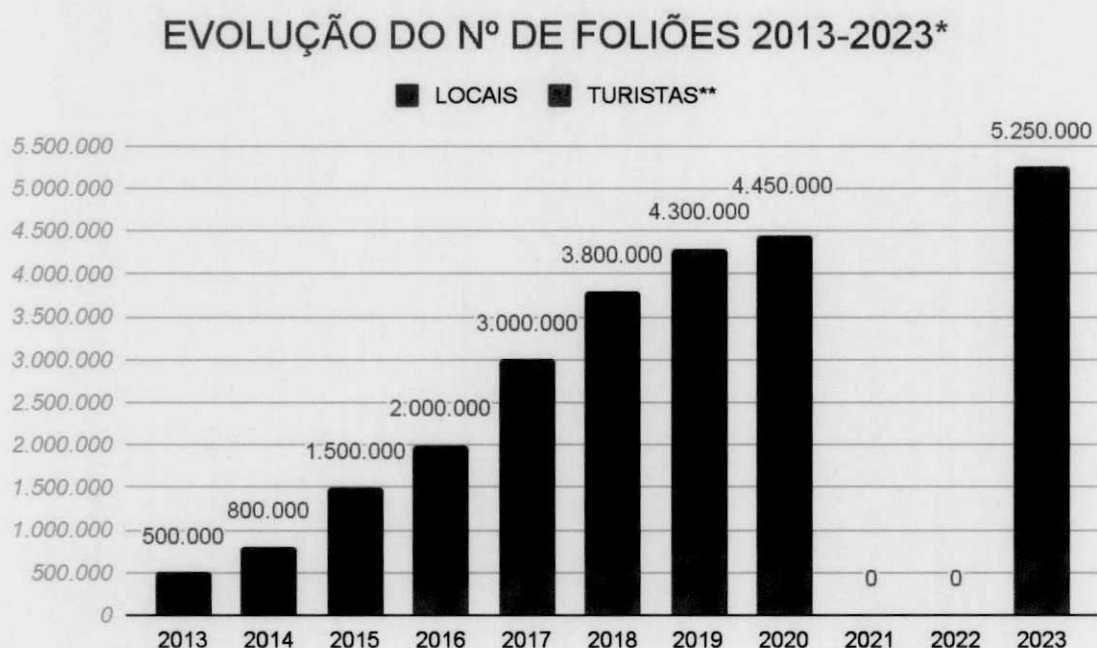
A partir destes dados, a assessoria do mandato da relatora Cida Falabella também tentou dimensionar a evolução destes dados ao longo do tempo por meio de gráficos que serão apresentados a seguir.

Outro importante instrumento de mensuração da recepção do Carnaval é realizado pela Belotur desde o ano de 2016 em parceria com a Fecomércio: se refere à pesquisa de satisfação focada no folião do Carnaval. Por meio de amostragem junto a um recorte de Blocos de rua da cidade, a pesquisa tem por objetivo identificar as expectativas do público sobre a festa, além de traçar um perfil do folião que deve visitar ou permanecer na capital, identificando produtos, serviços e estabelecimentos com mais potencial de procura por turistas e moradores da cidade.¹² Trata-se de uma série histórica importante, sistematizada e continuada.

Nesse sentido, apresentamos a seguir os gráficos que sintetizam dados e sinalizam indicadores para as políticas públicas, que ajudam a dimensionar a evolução histórica das informações.

¹² Mais informações acesse: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/observatorio-do-turismo/carnaval>. Acesso em 11.dez.2023.

- **GRÁFICO 1: Evolução do número de foliões**



*não há dados sobre nº foliões anteriores a 2013

**não há dados sobre nº turistas anteriores a 2016

FONTE: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão da CMBH, tratados pela assessoria do mandato da vereadora Cida Falabella (GABINETONA/2023)

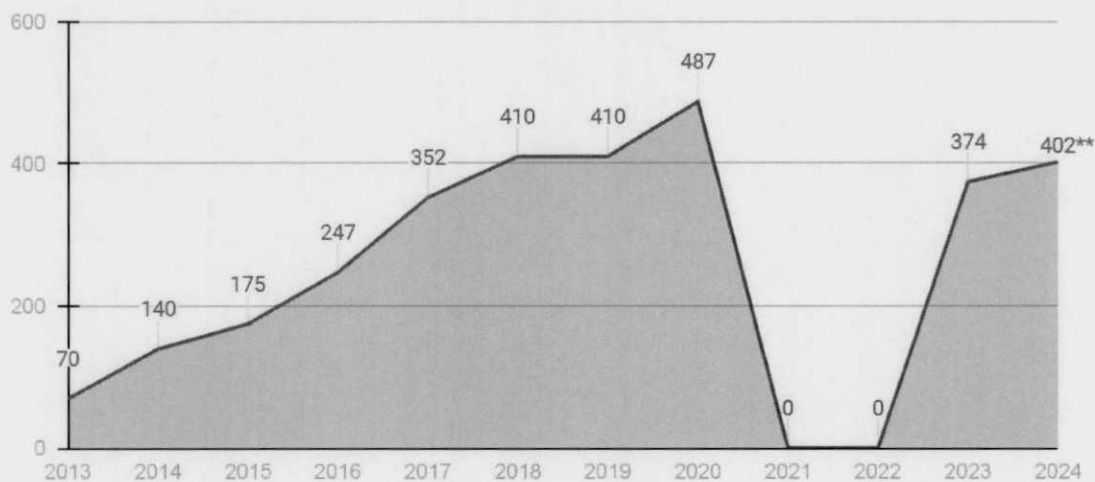
A ausência de dados coincide com a falta de reconhecimento, de fomento e de estímulo por parte do Poder Público às manifestações do Carnaval antes de 2013, sobretudo dos Blocos de rua e Blocos afro. Na última década, o crescimento exponencial do número total de foliões (à exceção, obviamente, do período de pandemia), revela a proporção do fenômeno que transformou o Carnaval de Belo Horizonte.

Segundo os dados da Prefeitura, nos últimos dez anos, o número de foliões cresceu dez vezes, passando de 500 mil para mais de 5 milhões de pessoas contabilizadas nas ruas durante o período de Carnaval. A grande maioria (85%) vive em BH ou na Região Metropolitana e os turistas somam 15%, sem grandes oscilações percentuais desde 2016.

Ou seja, o caráter local e metropolitano do Carnaval de Belo Horizonte é o que lhe dá potencial turístico: em 2023, ele atraiu mais de 200.000 visitantes, que ocuparam 67% da rede hoteleira total da cidade.

- **GRÁFICO 2: Número de blocos de rua**

Nº DE BLOCOS DE RUA 2013-2023*



*não há dados anteriores a 2013

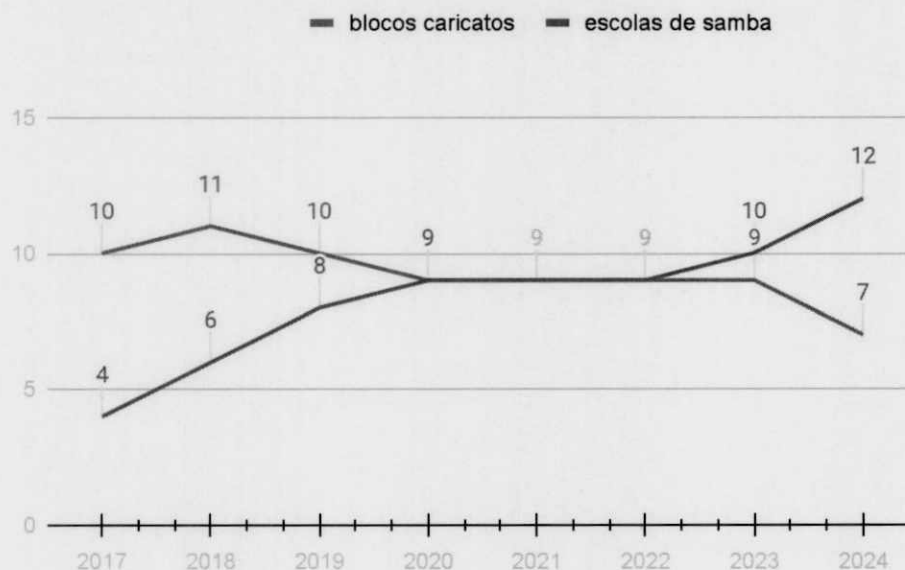
**número estimado a partir do cadastro 2024

FONTE: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão da CMBH, tratados pela assessoria do mandato da vereadora Cida Falabella (GABINETONA/2023)

O gráfico que apresenta o aumento expressivo no número de cortejos dos Blocos de rua acompanha a linha de crescimento do número de foliões entre 2013 e 2023 e reforça a evidência do fenômeno que transformou o Carnaval de Belo Horizonte a partir da livre ocupação das ruas.

- **GRÁFICO 3: Número de desfiles no carnaval de passarela**

Nº DESFILES - CARNAVAL DE PASSARELA (2017-2024)*



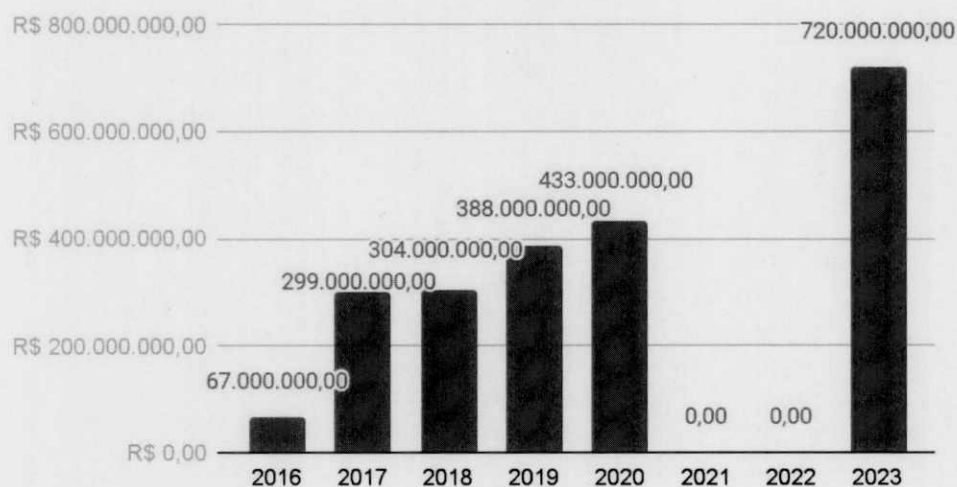
*não há dados anteriores a 2017

FONTE: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão da CMBH, tratados pela assessoria do mandato da vereadora Cida Falabella (GABINETONA/2023)

Entre 2017 e 2024, houve um importante crescimento no número de Escolas de Samba (de quatro para doze agremiações), concomitante a uma diminuição no número de Blocos Caricatos, que chegaram a onze em 2018 e devem ser apenas sete em 2024. Enquanto o número de Escolas de Samba triplicou, a manifestação carnavalesca tipicamente belo-horizontina diminuiu para 30%. Esse fenômeno também precisa ser considerado na avaliação do GRÁFICO X: FOMENTO, que mostra a evolução dos repasses feitos às agremiações para custeio dos desfiles. É preciso discutir a necessidade premente do inventário, registro e a salvaguarda dos Blocos Caricatos como bem imaterial da cultura de Belo Horizonte.

- **GRÁFICO 4: Movimentação financeira**

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (2016-2023)*



*não há dados anteriores a 2016

FONTE: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão da CMBH, tratados pela assessoria do mandato da vereadora Cida Falabella (GABINETONA/2023)

Desde 2016, a Belotur também projeta a movimentação financeira que o Carnaval provoca na cidade. Em 2023, o cálculo foi de R\$720 milhões, gerando cerca de 20.000 postos de trabalho. Houve aumentos expressivos em 2017 (quando os dados coletados se tornam mais consistentes de uma maneira geral) e no ano de 2023, após a pandemia. Entretanto, é significativo proceder à divulgação dessa série histórica com maior rigor e atualizá-la conforme a inflação. Também é preciso avançar na formulação do dado, calculando o retorno efetivo aos cofres públicos em arrecadação direta a partir dessa movimentação financeira de quase R\$ 1 bilhão.

- **GRÁFICO 5: Orçamento**

Dentre os instrumentos previstos no orçamento público para viabilizar a execução orçamentária das políticas públicas traduzidas em programas e projetos e, por sua vez, em ações, o Município se utiliza de três ferramentas, a saber: Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Conforme informações disponibilizadas no site da

Câmara Municipal de Belo Horizonte¹³, as definições do planejamento do orçamento público são assim estabelecidas:

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) corresponde ao planejamento estratégico de médio prazo da administração pública municipal. Com vigência de quatro anos, o PPAG apresenta metas e investimentos prioritários para o período entre o segundo ano do mandato do prefeito e o primeiro ano da gestão seguinte. O PPAG deve ser compatível com o Plano Diretor do Município e tem como principais finalidades a identificação de diretrizes, objetivos e metas do governo, a integração do planejamento e do orçamento e a organização de ações voltadas para a oferta de bens e serviços à sociedade por meio de programas municipais. Os programas e metas estabelecidos no PPAG servirão de base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e para a Lei do Orçamento Anual (LOA). As duas peças de planejamento orçamentário são elaboradas anualmente, durante o período de vigência do PPAG, resgatando a previsão original para cada ano. (CMBH, 2023).

O PPAG-BH em vigência (2022/2025), revisto e aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal no dia 7/12/2023, prevê a realização do Carnaval, executado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (Belotur), por meio da subação 0012 do Programa 0086 - Fomento ao turismo de lazer, eventos e negócios.

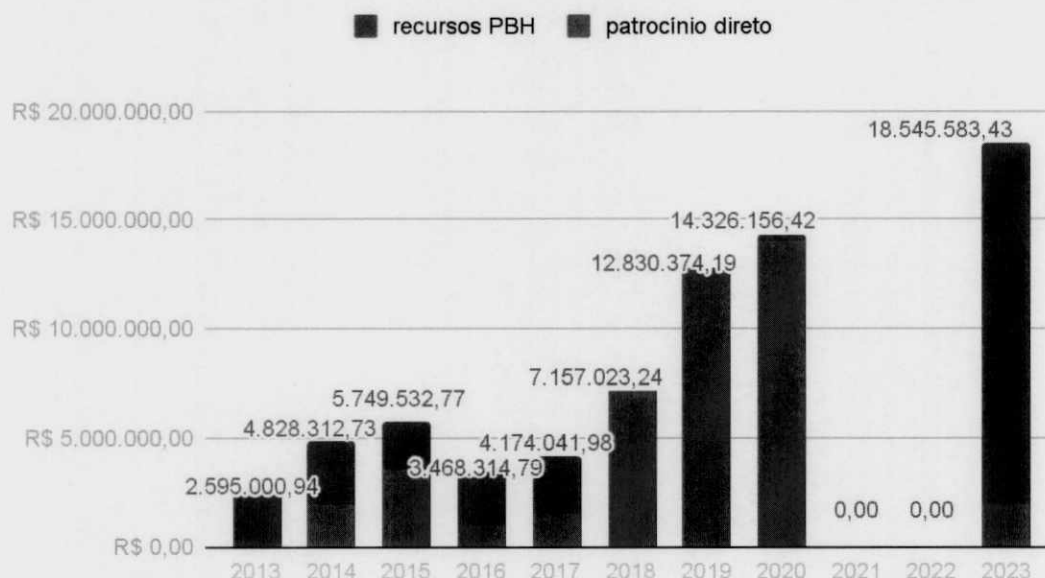
É importante ressaltar que, até o exercício de 2012, no orçamento da Prefeitura não havia uma subação específica para classificação das despesas empenhadas para o Carnaval, impedindo um detalhamento que permita mensurar os gastos com a festa antes de 2013, mais uma evidência da ausência de políticas públicas estruturantes até 2017.

No que se refere à Lei de Orçamento Anual para 2024, aprovada na Câmara em 11/12/2023 através do Projeto de Lei 760/2023, a Belotur fez a previsão do montante de R\$84.051.425,00 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte e cinco reais) para fomentar o turismo de lazer, eventos e negócios como um todo.

A Belotur ainda gerencia um Fundo Municipal de Fomento ao Turismo, com recursos previstos para 2024 de R\$184.657,00 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), que pode ainda receber recursos de outras fontes, inclusive para o Carnaval.

¹³ Informações disponíveis em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/orcamento/PPAG>. Acesso em 11.dez.2023

ORÇAMENTO EXECUTADO TOTAL (2013-2023)*



*não há dados anteriores a 2013

FONTE: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão da CMBH, tratados pela assessoria do mandato da vereadora Cida Falabella (GABINETONA/2023)

Para custear o último Carnaval de Belo Horizonte, o primeiro após o hiato provocado pela pandemia, a Belotur gerenciou cerca de R\$18,5 milhões para garantir a estrutura geral dos Carnavais de Rua e de Passarela, além de um auxílio financeiro aos Blocos de rua, fomento aos desfiles e premiações para Blocos Caricatos e Escolas de Samba.

Em 2023, pouco mais de 10% do orçamento total do Carnaval teve origem nas cotas de patrocínio oferecidas às empresas, realidade distinta do período entre 2018 e 2020, quando a iniciativa privada custeou quase 100% do orçamento do Carnaval.

Para o Carnaval de 2024, a Prefeitura abriu três chamamentos públicos para atrair patrocínio privado para financiar o Carnaval de Belo Horizonte. O mais recente instrumento, ainda em aberto, encerra as inscrições às 14h do dia 20/12. O Chamamento Público nº13/2023 conta com quinze cotas de investimento financeiro e cinco chancelas de patrocínio, entre R\$ 8 milhões e R\$500 mil¹⁴.

¹⁴ Mais informações sobre o edital de patrocínio disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/licitacao/chamamento-publico-013-2023>. Acesso em 12.dez.2023.

Nesse sentido, a dificuldade encontrada em atrair empresas interessadas nos editais de patrocínio publicados pela Prefeitura precisa ser amplamente debatida. Muitas vezes, ela é atribuída ao fato de algumas empresas deixarem de patrocinar diretamente o Carnaval de Belo Horizonte e passarem a aportar recursos de dedução fiscal, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, em Blocos de rua específicos - e não mais na estrutura geral do Carnaval da cidade. Essa seria uma das alternativas de financiamento encontradas por médios e grandes Blocos frente à insuficiência do auxílio financeiro municipal.

Também há o relato da preferência das empresas investidoras em apostarem em outras “praças”, onde o retorno de imagem seja maior para a marca. Também por isso, iniciativas carnavalescas discutem maneiras de flexibilizar regras de publicidade durante o Carnaval, de modo a deixar a cidade mais “atrativa” aos investidores.

Nesse processo, que envolve não apenas a esfera municipal, mas também, estadual, os Governos de Belo Horizonte e do Estado têm sinalizado para a implementação de ações conjuntas para a realização do Carnaval em Belo Horizonte. Essa parceria será formalizada no dia 14 de dezembro em uma solenidade que marca a assinatura do protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte para as ações conjuntas.

- **GRÁFICO 6: Fomento**

FOMENTO PÚBLICO TOTAL (2017-2024)*



*não há dados anteriores a 2017, primeiro ano do auxílio financeiro aos Blocos de rua

Fonte: Dados fornecidos pela Belotur em resposta a requerimento de Comissão (2023) e assessoria mandato vereadora Cida Falabella (2023)

É preciso reconhecer que, em números absolutos, o fomento público às iniciativas carnavalescas quase quintuplicou nos últimos 8 anos, passando de pouco mais de 1 milhão para mais de 5 milhões de reais em 2024. Ainda assim, muitas Escolas de Samba, Blocos Caricatos, Blocos de Rua e Blocos Afro relatam que os recursos são insuficientes para custear a totalidade dos desfiles, que há dificuldades locais específicas para a captação junto à iniciativa privada e que não existem políticas de fomento à cultura do Carnaval o ano todo.

Vale ressaltar a suspensão do fomento no primeiro ano sem Carnaval devido à pandemia (2021), quando a Belotur investiu em Seminários e Ciclo de Palestras para capacitação de iniciativas carnavalescas. Em 2022, a autarquia lançou um edital de estruturação para Blocos de Rua, Escolas de Samba e Blocos Caricatos que previa capacitação de agentes, produção musical e audiovisual, mantendo a média de investimento público no setor, apesar da crise sanitária e do cancelamento da festa.

Também é importante frisar que até 2019, havia certo equilíbrio no fomento aos Blocos Caricatos e às Escolas de Samba, sendo que a partir de 2020, a diferença no volume de recursos repassados a cada tipo de iniciativa carnavalesca se acentua.

Acerca do fomento aos Blocos de rua, é fundamental destacar que aproximadamente 50% das iniciativas cadastradas pela Belotur se inscrevem para receber o edital de auxílio financeiro e apenas 25% dos Blocos que realizam seus desfiles são contemplados com recursos públicos municipais. Além disso, não há políticas específicas de fomento aos cortejos dos Blocos afro, como em Salvador.

Também é essencial compreender que o edital de auxílio financeiro ao Carnaval de rua desconsidera a diversidade do porte dos Blocos que existem na cidade ao oferecer o valor máximo de R\$21.500,00, quantia ínfima para custear médios e grandes cortejos, essenciais para o Carnaval de Belo Horizonte.

4 PESQUISA SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CARNAVAL

Como uma das primeiras ações vinculadas ao GT do Carnaval, a assessoria técnica da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a pedido do Grupo de Trabalho, providenciou um estudo sobre o levantamento das principais legislações no país pertinentes à festa.

O que pôde ser observado, a partir da análise das respectivas legislações, é a necessidade premente de consolidar uma legislação que garanta os princípios democráticos e as especificidades do Carnaval de Belo Horizonte, assim como o fomento à cultura do Carnaval, entendendo o trabalho continuado e sistêmico das Escolas de Samba, Blocos Caricatos, Blocos de rua e Blocos afro que demandam ações durante o ano todo.

Portanto, a partir dos dados das referidas legislações, cabe destacar que algumas leis já em curso em outras localidades do país possuem viés mais estruturante. No que se refere à perspectiva mais ampla, de legislações pertinentes a outros estados brasileiros e ao Distrito Federal, cabe destacar os seguintes documentos que avançam, portanto, na promoção de uma política pública efetiva para a festa, a exemplo da Lei 4.738/2011 do Distrito Federal e o Decreto 44.169/2023 que a regulamenta.

No que se refere ao Município de Belo Horizonte, cabe apontar que não há Leis que regulamentam a realização do Carnaval e muitas ações são articuladas por meio de decretos do Executivo.

A legislação municipal insere o Carnaval no calendário oficial de festas e eventos da cidade, regula o uso dos logradouros públicos por meio do Código de Posturas (Lei 8.616/2003) e impede a cobrança de ingressos para o acesso a eventos em espaços públicos durante o Carnaval. Decretos do Executivo definem a Belotur como gestora responsável pela organização, apoio e promoção da festa, regulamentam o processo de auxílio financeiro aos agentes do Carnaval por meio de chamamentos públicos, tratam do licenciamento de eventos em espaços públicos e privados no período oficial do Carnaval e criam o Grupo de Trabalho do Carnaval, composto por 18 representantes de órgão municipais e 9 órgãos convidados, coordenados pela Belotur, sem a participação da sociedade civil.

Portanto, o que se percebe é que se trata de normativas segmentadas, que não tratam, de forma sistêmica e mais integrada todos os processos que envolvem a organização do Carnaval e sua cultura permanente.

Nesse sentido, a Lei 11.561/2023, de autoria da vereadora Cida Falabella, propõe que o Carnaval seja um dos eixos estruturantes da Política Municipal Cultura Viva, voltada a Pontos de Cultura e Agentes Cultura Viva da cidade.

Assim, a lista abaixo aponta as principais normativas que tratam, direta ou indiretamente de questões envolvendo o Carnaval em Belo Horizonte:

- Lei número 8.762, de 16 de janeiro de 2004- Dispõe sobre o calendário oficial de festas e eventos do Município.
- Lei número 9.063, de 17 de janeiro de 2005- Regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município.
- Lei 8.616, de 14 de julho de 2003 - Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.
- Lei 11.561/2023- Institui a Política Municipal Cultura Viva.
- Decreto nº 18.402, de 3/8/2023 - Altera o Decreto nº 16.825, de 8 de janeiro de 2018, que disciplina o apoio e o financiamento do Carnaval de Rua de Belo Horizonte e dá outras providências.
- Decreto nº 17.034, de 14 de dezembro de 2018- Dispõe sobre o licenciamento de eventos e obras em logradouro público no período oficial do Carnaval.
- Decreto nº 18.233, de 06 de janeiro de 2023- Institui o Grupo de Trabalho para organização do Carnaval de Belo Horizonte.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO PODER PÚBLICO

Durante as visitas técnicas e conversas com os agentes culturais, foi possível uma escuta atenta que sinaliza, nas referidas narrativas, várias questões que possam subsidiar tanto a proposição de uma legislação que assegure, minimamente, uma política de Estado para o Carnaval, quanto questões que envolvem a atuação do Executivo junto aos diferentes atores que fazem a festa na capital mineira.

A partir das informações e dos dados expostos, todo o trabalho realizado pelo GT do Carnaval sinaliza para a necessidade de uma política pública estruturante que fomenta a Cultura do Carnaval durante o ano todo, bem como possa contribuir para a salvaguarda das tradições carnavalescas, concebendo processos formativos, de capacitação e de produção a longo prazo da festa.

A partir deste trabalho coordenado e articulado entre os órgãos institucionais e os agentes do Carnaval, foi possível verificar as seguintes questões:

- O histórico do Carnaval em Belo Horizonte não é recente e foi sendo remodelado ao longo do tempo, desde o marco de criação da cidade, passando pelo período de retrocesso pelo Poder Público na década de 1990 até a configuração atual, como uma das maiores festas populares do país;
- A dimensão que o Carnaval ganhou na cidade, fez com que a Belotur, autarquia responsável pela organização da festa, também reajustasse os seus processos e a própria forma de lidar com os coletivos carnavalescos, seja por meio do aumento do montante destinado ao orçamento da estrutura da festa a fim de assegurar uma infraestrutura e logística mais ampliada e reforçada para o evento até ao auxílio financeiro às Escolas de Samba, Blocos Caricatos e Blocos de rua por meio dos chamamentos públicos;
- O crescimento da festa trouxe uma série de desafios, tanto ao Poder Público, quanto ao setor privado e aos agentes que fazem o Carnaval, desde a estrutura para receber os foliões originários de outras cidades como hotelaria, transporte, alimentação, informações sobre o evento, passando pela mobilidade urbana, ampliação da segurança do Carnaval, destinação dos resíduos, até assegurar que as Escolas de Samba, Blocos Caricatos e Blocos de rua possam produzir o Carnaval durante o ano todo;
- Nesse sentido, estamos dizendo da necessidade premente de compreensão do Carnaval para além do calendário oficial, mas que a festa se enquadre na

Cultura do Carnaval, que envolva uma política estruturante para a cadeia produtiva da folia, que compreenda a formação e capacitação dos agentes, disponibilização de espaços para ensaios, produção de alegorias, adereços, fantasias, articulação com outros órgãos, especialmente uma atuação intersetorial entre a Belotur e a Secretaria Municipal de Cultura, para a gestão de um programa que consiga atender a estas e outras demandas.

Portanto, a partir das questões apontadas, segue uma série de recomendações aos diferentes órgãos tanto da esfera municipal quanto também da esfera estadual, entendendo que alguns serviços no Carnaval belo-horizontino são de competência do Estado, a exemplo da segurança pública.

Recomendação à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte:

- Deliberar sobre a criação de um novo Grupo de Trabalho com o objetivo de monitorar o Carnaval de 2024, as considerações presentes nesse relatório e os debates acerca de uma legislação para o Carnaval e sobre políticas públicas estruturantes para a cultura do carnaval na cidade.

Recomendações para o Poder Público: Belotur, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Política Urbana, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria da Fazenda, dentre outros.

- Fomentar a Cultura do Carnaval durante todo o ano, contemplando as diferentes iniciativas carnavalescas, agentes e coletivos que fazem a festa;
- Promover o debate, assegurando a participação social, acerca de uma legislação que assegure a política estruturante para o Carnaval na cidade;
- Discutir, elaborar e implementar um plano de acessibilidade para o Carnaval, assegurando participação social, inclusive de PcDs;
- Mapear imóveis pertencentes ao Poder Público que possam ser cedidos, via comodato, a Escolas de Samba, Blocos Caricatos, Blocos de rua e Blocos afro para a realização das atividades anuais (quadras e barracões, ensaios, oficinas, festas, produção de alegorias, adereços, fantasias, encontros, etc.);

- Realizar estudo técnico para viabilizar processos de licenciamento de ensaios e saídas dos Blocos de rua e Blocos afro mais simplificados e integrados entre os órgãos responsáveis (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Política Urbana);
- Atualizar os valores dos recursos disponíveis nos chamamentos para Escolas de Samba, Blocos Caricatos e Blocos de rua, além de garantir auxílio específico aos Blocos afro, bem como garantir a antecipação do repasse dos recursos em tempo hábil de produção pelos coletivos;
- Viabilizar a dispensa de licenciamento para os ensaios das iniciativas carnavalescas que ocorram nos espaços públicos da cidade sem o fechamento de vias de acesso;
- Ampliar a interlocução com o setor de fiscalização e com a segurança pública ao longo do ano, ajustando processos às especificidades da Cultura do Carnaval de BH;
- Promover, de forma contínua e integrada, ações de formação e capacitação para os agentes do Carnaval inscrevem seus projetos para os editais de fomento e turismo, bem como de gestão e prestação de contas dos projetos;
- Assegurar ponto de apoio de ambulâncias móveis, estrutura de banheiros, inclusive para pessoas com deficiência localizadas nos territórios periféricos da capital e não apenas na região central nos dias do calendário oficial da festa, bem como no pré-Carnaval e no pós- Carnaval;
- Desenvolver, de forma contínua, ações de comunicação e sensibilização do Carnaval durante o ano todo e não apenas no período prévio à folia, para que a população entenda que a festa gera empregos e traz recursos para a cidade;
- Garantir que a prospecção de patrocinadores para o Carnaval de Belo Horizonte seja realizada de forma contínua durante o ano, de forma a dar maior visibilidade às ações e aos números resultantes do evento, a fim de se tornar mais atrativos para o setor privado;
- Realizar estudo técnico de viabilidade para a criação de um Fundo destinado ao Carnaval, que receba recursos originários, tanto do orçamento do Tesouro, mas, também, de outras fontes;
- Assegurar que os chamamentos públicos para o Carnaval no Município assegurem cotas de auxílio financeiro para blocos afro, blocos periféricos, blocos LGBTQIAPN+ e PcDs;

- Ampliar os dias de desfile de passarela, de modo a minimizar os atrasos significativos e recorrentes entre a apresentação entre uma Escola de Samba e entre os Blocos Caricatos;
- Disponibilizar palcos oficiais com acessibilidade.

Recomendações para as Secretarias de Estado:

- Promover uma atuação conjunta da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado (Secult MG), com a Belotur e Secretaria Municipal de Cultura do Município acerca das ações destinadas ao Carnaval de Belo Horizonte;
- Ampliar o diálogo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado a fim de acabar com as ocorrências sobre a ação truculenta da Polícia Militar na dispersão dos foliões que acompanham os Blocos de rua e Blocos afro na cidade.

Recomendação à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

- Proceder a estudos e processos de alteração na legislação acerca dos trios elétricos, a fim de adequar a estrutura dos trios elétricos disponíveis às questões de dimensão e acústica dos Blocos de rua de Belo Horizonte.

Recomendações para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);

- Formalizar convênios, acordos de cooperação e outras modalidades de parceria entre o Executivo Municipal e a UFMG e UEMG, a fim de capacitar e encaminhar para estágio junto às Escolas de Samba, Blocos Caricatos, Blocos de rua e Blocos afro, estudantes dos cursos de dança, teatro, design e artes visuais para desempenhar atividades junto aos coletivos elencados.

MARIA
APARECIDA
VILHENA
FALABELLA:355
81166668

Assinado de forma
digital por MARIA
APARECIDA VILHENA
FALABELLA:35581166
668
Dados: 2023.12.12
15:46:46 -03'00'

Cida Falabella

REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE. **Lei 9.063/2005. Regula procedimentos e exigências para a realização de eventos no Município.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2005/907/9063/lei-ordinaria-n-9063-2005-regula-procedimentos-e-exigencias-para-a-realizacao-de-evento-no-municipio>. Acesso em 07.nov.2023.

_____. **Lei 11.561/2023- Institui a Política Municipal Cultura Viva.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1157/11561/lei-ordinaria-n-11561-2023-institui-a-politica-municipal-cultura-viva>. Acesso em 12.dez.2023.

_____. **Lei número 8.762, de 16 de janeiro de 2004- Dispõe sobre o calendário oficial de festas e eventos do Município.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2004/877/8762/lei-ordinaria-n-8762-2004-dispoe-sobre-o-calendario-oficial-de-festas-e-eventos-do-municipio>. Acesso em 12.dez.2023.

_____. **Lei 8.616, de 14 de julho de 2003 - Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/862/8616/lei-ordinaria-n-8616-2003-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso em 12.dez.2023.

_____. **Decreto nº 18.402, de 3/8/2023 - Altera o Decreto nº 16.825, de 8 de janeiro de 2018, que disciplina o apoio e o financiamento**

do Carnaval de Rua de Belo Horizonte e dá outras providências.
Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2023/1841/18402/decreto-n-18402-2023-altera-o-decreto-n-16825-de-8-de-janeiro-de-2018-que-disciplina-o-apoio-e-o-financiamento-do-carnaval-de-rua-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>. Acesso em 12.dez.2023.

_____. **DECRETO Nº 18.233, DE 6 DE JANEIRO DE 2023 - Institui o Grupo de Trabalho para organização do Carnaval de Belo Horizonte.** Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/29352>. Acesso em 13.nov.2023

_____. **DECRETO Nº 17.034, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018 - Dispõe sobre o licenciamento de eventos e obras em logradouro público no período oficial do Carnaval.** Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/6990>. Acesso em 13.nov.2023

_____. **Concurso Edital 005/2023- Chamamento público: regulamento do desfile dos blocos caricatos do carnaval de Belo Horizonte 2024.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/licitacao/concurso-005-2023>. Acesso em 13.nov.2023

_____. **Concurso Edital 006/2023- Chamamento público: regulamento do desfile das escolas de samba do carnaval de Belo Horizonte 2024.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/licitacao/concurso-006-2023>. Acesso em 13.nov.2023

_____. **Concurso Edital 011/2023- Chamamento público: regulamento dos blocos de rua do carnaval de Belo Horizonte 2024.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/licitacao/chamamento-publico-011-2023>. Acesso em 13.nov.2023

_____. **Carnaval de BH 2024 terá mais Blocos de Rua que a edição deste ano.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-de-bh-2024-tera-mais-blocos-de-rua-que-edicao-deste-ano>. Acesso em 27.nov.2024

_____. **Centro Integrado de Operações em Belo Horizonte.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca/copbh>. Acesso em 07.dez.2023.

_____. **Observatório do Turismo do Carnaval.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/observatorio-do-turismo/carnaval>. Acesso em 11.dez.2023.

_____. **Pregão Eletrônico 004/2023-Inventário/Dossiê sobre a Cultura do Carnaval em Belo Horizonte.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/licitacao/pregao-eletronico-004-2023>. Acesso em 11.dez.2023.

_____. **Novo modelo de edital de patrocínio para o Carnaval 2024.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-publica-novo-modelo-de-edital-de-patrocinio-para-o-carnaval-de-2024>. Acesso em 12..dez.2023.

_____. **Reunião Pública apresenta proposta de Inventário Cultural sobre o Samba em BH.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/reuniao-publica-apresenta-proposta-de-inventario-cultural-sobre-o-samba-em-bh>. Acesso em 11.dez.2023.

_____. **Rede criada pela PBH se reúne para debater políticas públicas para o Carnaval.** Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/rede-criada-pela-pbh-se-reune-para-debater-politicas-publicas-para-o-carnaval>. Acesso em 12.dez.2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Informações sobre as peças do Ciclo Orçamentário Anual.** Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/orcamento>. Acesso em 11.dez.2023.

BRAGA, S.S.; VIEIRA, L.M. **Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG).** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, pp.910- 925.

JORNAL O GLOBO. **Desenrolando a Serpentina.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/saideira/post/2023/10/desenrolando-a-serpentina-tera-shows-e-roda-de-semana-no-museu-de-arte-do-rio.ghtml>. Acesso em 12.dez.2023.

LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://www.instagram.com/aliga.mg/>. Acesso em 30.nov.2023.

PORTAL ESTADO DE MINAS. **Conheça a Corte Momesca que vai animar o Carnaval 2016 em BH.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/20/interna_gerais,719083/conheca-a-corte-real-momesca-que-vai-animar-o-carnaval-2016-em-bh.shtml#google_vignette. Acesso em 28.nov.2023.

PORTAL G1. **Carnaval de BH: história secular é marcada por resistência, diversidade e renovação.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2023/noticia/2023/02/17/carnaval-de-bh-historia-secular-e-marcada-por-resistencia-diversidade-e-renovacao.ghtml>. Acesso em 27.nov.2023

_____. **Carnaval 2023: G1 e TV Globo transmitem o desfile das escolas de samba de BH.** [ohttps://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2023/noticia/2023/02/21/carnaval-2023-g1-e-tv-globo-transmitem-o-desfile-das-escolas-de-samba-de-bh.ghtml](https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2023/noticia/2023/02/21/carnaval-2023-g1-e-tv-globo-transmitem-o-desfile-das-escolas-de-samba-de-bh.ghtml). Acesso em 04.dez.2023.

SEBRAE. **Carnaval: um olhar do Brasil – Rede Cidades do Carnaval.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2022.

ANEXO

Lista dos Requerimentos de Comissão encaminhados aos órgãos públicos com pedidos de informação acerca do Carnaval e visitas técnicas aos espaços:

- Requerimento de Comissão 3111/2023- Pedido de informação referente às ações de fomento ao Carnaval em Belo Horizonte, bem como o retorno financeiro para o Município da arrecadação no período da festa;
- Requerimento de Comissão 2455/2023- Obter informações a respeito dos programas e projetos estruturantes da referida pasta, inclusive as políticas de fomento à cultura para o Carnaval em Belo Horizonte, no período de 2008 a 2023;
- Requerimento de Comissão 2454/2023-Obter informações referentes à estrutura geral do Carnaval em Belo Horizonte, no período de 2008 a 2023;
- Requerimento de Comissão 2453/2023- Obter informações referente à estrutura geral do Carnaval em Belo Horizonte, no período de 2008 a 2023;
- Requerimento de Comissão 2452/2023- Obter informações referentes à estrutura geral do Carnaval em Belo Horizonte, no período de 2008 a 2023;
- Requerimento de Comissão 2451/2023- Obter informações a respeito do programa Carnaval da Liberdade e do apoio a projetos culturais, via incentivo fiscal (renúncia fiscal de ICMS) e, também, na modalidade Fundo Estadual de Cultura (FEC) aos eventos relativos à realização do Carnaval concentrados na capital Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **3154/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Castellar Modesto Guimarães Neto - Secretaria Municipal de Governo e Roberta Rodrigues Martins Vieira - Secretaria Municipal de Educação o pedido de informação sobre:

- 1 – As escolas municipais em Belo Horizonte possuem salas de atendimento educacional especializado?
- 2 – Quantas e quais escolas possuem salas de atendimento educacional especializado?
- 3 – Existe a previsão ou planejamento para a implementação de salas atendimento educacional especializado para todas as escolas da cidade?

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2023.

BRUNO

ABREU

GOMES:06215

011665

Assinado de forma
digital por BRUNO

ABREU

GOMES:06215011665

Dados: 2023.12.11

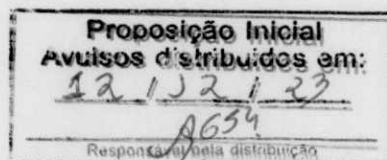
15:44:14 -03'00'

Vereador Bruno Pedralva

A Senhora

Vereadora Marcela Trópia

Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 11/12/2023
HORA: 15:45
SIL 7376



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO

PARECER EM 2º TURNO AO PROJETO DE LEI 598/2023

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 598/2023, de autoria dos vereadores: Marcela Trópia, Bráulio Lara, Ciro Pereira, Fernanda Pereira Altoé, Professor Juliano Lopes, Professora Marli e Rubão, que "Dispõe sobre o acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo no Município de Belo Horizonte".

Após aprovação em primeiro turno e tendo recebido emenda, é trazido à consideração desta Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

A Comissão de Legislação e Justiça realizou a análise preliminar da emenda à presente Proposição, concluindo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da emenda nº 1.

Tendo sido designado relator, passo a emitir parecer sobre a emenda na forma do art. 52, VII do Regimento Interno desta Casa, analisando-a quanto ao mérito.

FUNDAMENTAÇÃO

A emenda em análise trata-se de um substitutivo, que, de forma geral, garante a vinculação obrigatória do plano de trabalho aos acordos de parcerias, permitindo modificações apenas por consenso. Além disso, estabelecem critérios

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16.11.2023
HORA: 13:06



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

detalhados para a transferência de dados pessoais municipais, adequando o projeto ao melhor entendimento do ordenamento jurídico.

Em resumo, a emenda proposta busca fortalecer a gestão transparente, ética e responsável das parcerias, ao mesmo tempo em que protege a privacidade dos envolvidos e estimula práticas inovadoras e seguras no contexto educacional da cidade.

Quando analisada a alteração, é possível verificar conformidade com o princípio da legalidade, pois estabelece critérios claros para a inclusão e modificação de elementos essenciais nos acordos de parcerias.

Ademais, a proposição também entra em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados, ao estabelecer requisitos específicos para a transferência de dados pessoais municipais.

A inclusão de requisitos específicos em acordos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, juntamente com a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, como proposto no substitutivo, pode estimular práticas avançadas e responsáveis nessas áreas, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da educação na cidade.

A exigência de transparência e detalhamento no plano de trabalho contribui para uma prestação de contas mais efetiva na execução de projetos educacionais. Isso facilita a avaliação contínua dos resultados, permitindo que as autoridades educacionais e a comunidade monitorem o progresso, identifiquem áreas de melhoria e garantam a otimização dos recursos destinados à educação municipal.

Por fim, tornou-se evidente a oportunidade de aprimoramento do presente projeto, por meio de uma subemenda. Nesse contexto, propõe-se a introdução de um bônus tecnológico e a criação de uma bolsa de estímulo à inovação no ambiente produtivo local.

Tais adições visam não apenas fortalecer a base de incentivos à pesquisa científica e tecnológica, mas também fomentar ativamente a dinâmica inovadora no setor produtivo da cidade.

Com efeito, o bônus tecnológico pode servir como um catalisador para a implementação efetiva de avanços resultantes das parcerias, enquanto a bolsa de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estímulo proporcionaria suporte financeiro direcionado a talentos locais, incentivando sua participação ativa no desenvolvimento de tecnologia, produtos, serviços ou processos.

Essa subemenda, ao agregar tais instrumentos, visa otimizar o potencial do projeto de lei para promover uma cultura robusta de inovação e avanço tecnológico no âmbito municipal.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, manifesto pela aprovação da emenda nº 1 ao Projeto de Lei 598/2023, com apresentação de subemenda.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023.

ALVARO DAMIAO
VIEIRA DA
PAZ:6733636166
8

Assinado de forma digital por ALVARO
DAMIAO VIEIRA DA PAZ:67336361668
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=20828519000170,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=ALVARO DAMIAO VIEIRA DA
PAZ:67336361668
Dados: 2023.12.12 13:03:26 -03'00'

ÁLVARO DAMIÃO
Vereador – União Brasil
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Subemenda Substitutiva nº _____ à Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 598/2023

Dispõe sobre o acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo no Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal autorizados a celebrar acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, sem transferência de recursos financeiros públicos para o parceiro privado, observado o disposto no art. 9º da Lei Federal nº 10.973, de 2004.

Parágrafo único – Para os efeitos desta Lei, consideram-se os termos conforme definidos no art. 2º da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Art. 2º - A celebração do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser precedida da negociação entre os parceiros do plano de trabalho, do qual deverá constar obrigatoriamente:

I - a descrição das atividades conjuntas a serem executadas, de maneira a assegurar discricionariedade aos parceiros para exercer as atividades com vistas ao atingimento dos resultados pretendidos;

II - a estipulação das metas a serem atingidas e os prazos previstos para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

execução, além dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, considerados os riscos inerentes aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

III - a descrição, nos termos estabelecidos no art. 3º, dos meios a serem empregados pelos parceiros; e

IV - a previsão da concessão de bolsas, quando couber; e

V – quando aplicável, o requerimento de transferência de dados pessoais constantes de bases de dados municipais.

§1º - O plano de trabalho constará como anexo do acordo de parceria e será parte integrante e indissociável deste, e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos em comum acordo entre os partícipes.

§2º - O requerimento de transferência de dados pessoais constantes de bases de dados municipais a que se refere o inciso V do art. 2º deverá mencionar, quando aplicável para a finalidades pretendidas, a possibilidade de anonimização completa dos dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.

§3º - Não sendo possível a anonimização completa de dados pessoais, no requerimento de transferência de dados pessoais constantes de bases de dados municipais, deverá incluir-se as principais características do tratamento de dados a ser realizada, tais como os dados necessários, as finalidades para as quais o tratamento será realizado, as entidades públicas ou privadas com as quais os dados pessoais serão compartilhados, as medidas de segurança a serem empregadas, os riscos identificados, e as medidas de transparência a serem adotadas pelo ICT privado e demais agentes de tratamento que venham a ter acesso aos dados pessoais.

§4º - Na hipótese de o tratamento de dados pessoais representar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, deverá o ICT privado apresentar, Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais - RIPD, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 3º - As instituições que integram os acordos de parceria para pesquisa,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desenvolvimento e inovação poderão permitir a participação de recursos humanos delas integrantes para a realização das atividades conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive para as atividades de apoio e de suporte, e também ficarão autorizadas a prover capital intelectual, serviços, equipamentos, materiais, propriedade intelectual, laboratórios, infraestrutura e outros meios pertinentes à execução do plano de trabalho.

Art. 4º - Na hipótese de remuneração do capital intelectual, deverá haver cláusula específica no instrumento celebrado mediante estabelecimento de valores e destinação de comum acordo.

Art. 5º - O acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderá prever a transferência de recursos financeiros dos parceiros privados para os parceiros públicos, inclusive por meio de fundação de apoio, para a consecução das atividades previstas nesta Lei.

§1º - Na hipótese prevista no caput deste artigo, as agências de fomento poderão celebrar acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação para atender aos objetivos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 10.973, de 2004.

§2º - Na hipótese de transferência de dados pessoais constantes de bases de dados municipais, no acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá estar expressa tal transferência, além de, no mínimo, todas as finalidades previstas no plano de trabalho, o papel de cada uma das partes como agente de tratamento de dados pessoais, as responsabilidades das partes com relação ao tratamento e no atendimento de solicitações de titulares de dados pessoais, bem como a forma e prazo de comunicação entre as partes em caso de incidentes de segurança da informação.

§3º - Na hipótese do parágrafo anterior, o acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser comunicado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Art. 6º - O acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

poderá ser celebrado sem a realização de chamamento público, desde que não envolva a transferência de recursos públicos, observando-se, ainda, o disposto no art. 29, da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 7º - As partes deverão definir, no acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, de maneira a assegurar aos signatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência de tecnologia, observado o disposto no § 4º ao § 7º do art. 6º da Lei Federal nº 10.973, de 2004.

§ 1º - A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no caput serão asseguradas aos parceiros, nos termos estabelecidos no acordo, hipótese em que será admitido à ICT pública ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável, inclusive quanto ao licenciamento da criação à administração pública sem o pagamento de royalty ou de outro tipo de remuneração.

§ 2º - Na hipótese de a ICT pública ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual, o acordo de parceria deverá prever que o parceiro detentor do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação no prazo e nas condições definidos no acordo, situação em que os direitos de propriedade intelectual serão revertidos em favor da ICT pública, conforme disposto em sua política de inovação.

Art. 8º - O termo de colaboração ou o termo de fomento, conforme o caso, para pesquisa, desenvolvimento e inovação é o instrumento jurídico celebrado entre os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal e as ICT públicas e privadas para execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com transferência de recursos financeiros públicos, observado o disposto no art. 9º-A da Lei Federal 10.973, de 2 de dezembro de 2004, bem como às disposições da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º - Os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação poderão contemplar, entre outras finalidades:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I - a execução de pesquisa científica básica, aplicada ou tecnológica;

II - o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos e aprimoramento dos já existentes;

III - a fabricação de protótipos para avaliação, teste ou demonstração; e

IV - a capacitação, a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive no âmbito de programas de pós-graduação.

§ 2º - A vigência do termo de colaboração ou do termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser suficiente à realização plena do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do plano de trabalho.

§ 3º - A administração pública somente poderá pagar despesas em data posterior ao término da execução do termo de colaboração ou do termo de fomento se o fato gerador da despesa houver ocorrido durante sua vigência.

§ 4º - Na hipótese de remuneração do capital intelectual, deverá haver cláusula específica no instrumento celebrado mediante estabelecimento de valores e destinação de comum acordo.

Art. 9º - A celebração do termo de colaboração ou do termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderá ser feita, respectivamente, por meio de:

I - processo seletivo promovido pela administração; ou

II - apresentação de proposta de projeto por iniciativa de ICT pública.

§ 1º - A hipótese prevista no inciso II do caput aplica-se excepcionalmente às ICT privadas mediante justificativa que considere os requisitos estabelecidos no inciso II do § 2º.

§ 2º - A celebração de termo de colaboração ou de termo de fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de chamamento público observará, cumulativamente, os seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I - ser precedida da publicação, em sítio eletrônico oficial, por prazo não inferior a 15 dias, de extrato do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o qual deverá conter, no mínimo, o valor do apoio financeiro, o prazo e a forma de apresentação da proposta pelos interessados; e

II - respeitar critérios impessoais de escolha, a qual deverá ser orientada pela competência técnica, pela capacidade de gestão, pelas experiências anteriores ou por outros critérios qualitativos de avaliação dos interessados.

§ 3º - A publicação de extrato referida no inciso I do § 2º é inexigível, de forma devidamente justificada, na hipótese de inviabilidade de competição.

§ 4º - Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão celebrar termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação a partir da iniciativa das ICT's públicas ou privadas na apresentação de propostas de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, hipótese em que a concessão do apoio observará o disposto no inciso II do § 2º e, ainda, a relevância do projeto para a missão institucional do concedente, a sua aderência aos planos e às políticas da Prefeitura de Belo Horizonte e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 5º Após o recebimento de proposta na forma estabelecida no § 4º, o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal poderá optar pela realização de chamamento público.

Art. 10 - Ficará impedida de celebrar termo de colaboração ou termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação a ICT privada que:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de convênio ou qualquer outro tipo de parceria anteriormente celebrada ou tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública Municipal nos últimos cinco anos, exceto se:

a) a irregularidade que motivou a rejeição for sanada e os débitos eventualmente imputados forem quitados;

b) a decisão pela rejeição for reconsiderada ou revista; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

efeito suspensivo;

II - tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, em decisão irrecorrível, nos últimos cinco anos;

III - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a Administração Pública Municipal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;

IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em processo de seleção ou a celebração de convênio ou qualquer outro tipo de parceria com a Administração Pública Municipal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade; e

V - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:

a) cujas contas relativas a convênios ou a qualquer outro tipo de parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do caput do art. 12 da Lei Federal nº 8.429 , de 2 de junho de 1992.

VI - tenha sido condenada nos últimos três anos, a contar da publicação do edital, por infração à Lei Federal nº 13.709/2018, em decisão judicial ou administrativa transitada em julgado caso preveja, em seu plano de trabalho, o tratamento de dados pessoais.

Art. 11 - Fica impedida de celebrar termo de colaboração ou termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação a ICT pública que não atender às exigências para a realização de transferências voluntárias previstas no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observado o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 12 - O plano de trabalho do termo de colaboração ou termo de fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser estabelecido mediante negociação e conter obrigatoriamente:

I - a descrição do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação a ser executado, dos resultados a serem atingidos e das metas a serem alcançadas e o cronograma, além dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

II - o valor total a ser aplicado no projeto, o cronograma de desembolso e a estimativa de despesas; e

III - a forma de execução do projeto e de cumprimento do cronograma a ele atrelado, de maneira a assegurar ao parceiro privado a discricionariedade necessária ao alcance das metas.

§ 1º - O plano de trabalho constará como anexo do termo de colaboração ou termo de fomento e será parte integrante e indissociável deste, e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos pela administração pública, desde que não desnature o objeto do termo:

I - por meio de comunicação justificada do responsável pelo projeto, quando a modificação implicar alteração de até vinte por cento nas dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa, desde que o valor global do projeto não seja alterado; e

II - por meio de anuência prévia e expressa da concedente, nas demais hipóteses.

§ 2º - O termo de colaboração ou termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverão ser assinados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade da Administração Pública, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

Art. 13 - A administração pública adotará medidas para promover a boa gestão dos recursos transferidos, entre as quais serão obrigatórias:

I - a divulgação da lista completa dos projetos apoiados, de seus



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

responsáveis e dos valores desembolsados;

II - a divulgação de canal para denúncia de irregularidades, de fraudes ou de desperdício de recursos no seu sítio eletrônico oficial;

III - a definição de equipe ou estrutura administrativa com capacidade de apurar eventuais denúncias; e

IV - a exigência de que os participantes do projeto assinem documento do qual constem informações sobre como fazer denúncias, sobre o canal existente no sítio eletrônico da concedente e sobre a importância da integridade na aplicação dos recursos.

Art. 14 - O parceiro privado terá responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação, hipótese em que a inadimplência do parceiro privado em relação ao referido pagamento não implicará responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública.

§ 1º - Incumbe ao parceiro privado aplicar os recursos financeiros repassados por meio do termo de colaboração ou do termo de fomento para pesquisa, desenvolvimento e inovação na consecução de seus objetivos e para pagamento de despesas previstas nos instrumentos celebrados, e será vedada, em qualquer hipótese, a incorporação de tais recursos financeiros ao patrimônio da ICT pública ou privada, os quais não serão caracterizados como receita própria.

§ 2º - Os recursos de origem pública poderão ser aplicados de forma ampla pelo parceiro privado para execução do projeto aprovado, inclusive para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a realização de serviços de adequação de espaço físico e a execução de obras de infraestrutura destinada às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, observadas as condições previstas expressamente na legislação aplicável e no termo de colaboração ou termo de fomento e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

os princípios da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência.

§ 3º - As compras de bens e as contratações de serviços e obras pela ICT privada com recursos transferidos pela administração pública adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado e deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.

§ 4º - A cotação prévia de preços será desnecessária quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, hipótese em que a ICT privada deverá apresentar documento declaratório com os elementos que definiram a escolha do fornecedor ou do executante e a justificativa do preço, subscrita pelo dirigente máximo da instituição.

§ 5º - A transferência de recursos públicos a ICT privadas para a execução de obras de infraestrutura destinada às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas ficará condicionada:

I - à cláusula de inalienabilidade do bem ou de promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de falência, dissolução ou extinção; e

II - à observância ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

§ 6º - Desde que previsto no plano de trabalho, os recursos transferidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para as ICT's privadas poderão ser empregados para o pagamento de despesas com remuneração e demais custos de pessoal necessário à execução do projeto, inclusive de equipe própria da ICT privada ou do pesquisador a ela vinculado, e com diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nas hipóteses em que a execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento assim o exigir.

§ 7º - Não poderão ser contratadas com recursos do termo de colaboração ou do termo de fomento às pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

I - contra a administração pública ou o patrimônio público;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou

III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 8º - Os recursos recebidos em decorrência do termo de colaboração ou do termo de fomento serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública federal e deverão ser automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade ou até a data da devolução do saldo remanescente.

§ 9º - As despesas realizadas com recursos do termo de colaboração ou do termo de fomento serão registradas em plataforma eletrônica, dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

§ 10 - Na hipótese de a plataforma eletrônica de que trata o § 9º não estar disponível, os pagamentos deverão ser realizados em conta bancária específica por meio de transferência eletrônica que permita a identificação do beneficiário final.

§ 11 - Para fins do disposto no § 10, o pagamento em espécie somente poderá ser realizado mediante justificativa, o que não dispensará a identificação do beneficiário final da despesa nos registros contábeis do projeto.

§ 12 - A administração pública, em ato próprio, poderá exigir, além do registro eletrônico de que tratam o § 9º e o § 10, relatório simplificado de execução financeira para projetos de maior vulto financeiro, conforme estabelecido, consideradas as faixas e as tipologias aplicáveis aos projetos.

§ 13 - Por ocasião da conclusão, da rescisão ou da extinção do termo de colaboração ou termo de fomento, os saldos financeiros remanescentes, incluídos aqueles provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal, no prazo de até sessenta dias.

§ 14 - É permitido que o parceiro privado atue em rede ou celebre parcerias com terceiros que sejam ICT's públicas ou privadas ou com instituições ou entidades estrangeiras, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

complementares ao projeto, sem que isso implique em qualquer tipo de relação jurídica entre a administração pública e esses terceiros com os quais o parceiro privado tenha estabelecido vínculos jurídicos, mantida a responsabilidade integral e exclusiva do parceiro privado pelo cumprimento do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento.

§ 15 - A atuação em rede ou a celebração de parcerias na forma estabelecida no § 14 deverá ser comunicada previamente à administração pública.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bônus tecnológico e bolsa de estímulo à inovação no ambiente produtivo, para pesquisador, para atividades de extensão tecnológica, para proteção da propriedade intelectual ou para transferência de tecnologia no município de Belo Horizonte.

Art. 16 - O bônus tecnológico é uma subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, destinada ao pagamento de compartilhamento e ao uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de contratação de serviços tecnológicos especializados ou de transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços.

§ 1º - A concessão do bônus tecnológico implicará, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida financeira ou não-financeira pela empresa beneficiária, na forma estabelecida pela concedente.

§ 2º - O bônus tecnológico será concedido por meio de termo de outorga e caberá ao órgão ou à entidade concedente dispor sobre os critérios e os procedimentos para a sua concessão.

§ 3º - A concedente deverá realizar a análise motivada de admissibilidade das propostas apresentadas, especialmente quanto ao porte da empresa, à destinação dos recursos solicitados e à regularidade fiscal e previdenciária do proponente.

§ 4º - As solicitações de bônus tecnológico poderão ser apresentadas de forma isolada ou conjugada com outros instrumentos de apoio, de acordo com os critérios



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e os procedimentos estabelecidos pela concedente.

§ 5º - Na hipótese de concessão de forma isolada, a concedente adotará procedimento simplificado para seleção das empresas que receberão o bônus tecnológico.

§ 6º - O bônus tecnológico deverá ser utilizado no prazo máximo de doze meses, contado da data do recebimento dos recursos pela empresa.

§ 7º - O uso indevido dos recursos ou o descumprimento do prazo estabelecido no § 6º implicará a perda ou a restituição do benefício concedido.

§ 8º - O bônus tecnológico poderá ser utilizado para a contratação de ICT pública ou privada ou de empresas, de forma individual ou consorciada.

§ 9º - A prestação de contas será feita de forma simplificada e privilegiará os resultados obtidos, conforme definido pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública Municipal concedente.

Art. 17 - Ficam os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal autorizados a conceder bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, em ICTs e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.

Art. 18 - O Poder executivo regulamentará o disposto nessa Lei, no que couber.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023

**ALVARO DAMIAO
VIEIRA DA
PAZ:67336361668**

Vereador Álvaro Damião

Assinado de forma digital por ALVARO
DAMIAO VIEIRA DA PAZ:67336361668
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla
v5, ou=20028519000170, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=ALVARO DAMIAO
VIEIRA DA PAZ:67336361668
Dados: 2023.12.12 13:04:12 -03'00'



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI 742/2023

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 742/2023, de autoria dos vereadores: Marcela Trópia, Ciro Pereira, Irlan Melo e Reinaldo Gomes Preto Sacolão, que “Dispõe sobre o estabelecimento de parcerias entre o Município de Belo Horizonte e cidades irmãs, e dá outras providências.”.

Como de costume, o projeto de lei foi instruído com a legislação correlata conforme consta fls. nºs 6 e 7.

O projeto de lei foi encaminhado inicialmente à Comissão de Legislação e Justiça que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Encaminhado à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, fui designado relator.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO

De forma geral, o projeto busca estabelecer acordos formais entre cidades de diferentes nações com o objetivo de fortalecer laços de cooperação em diversas áreas em seus municípios.

O Poder Público Municipal, a partir do projeto, tem a responsabilidade de identificar e estabelecer esses acordos de cooperação, promovendo o estreitamento de relações entre as populações, a troca de informações e experiências, e a realização de ações conjuntas para benefício mútuo.

De acordo com o art. 52, VII, a, b, c e d do Regimento Interno da Câmara

PROTOCOLIZAÇÃO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 18/11/2023
HORA. 13:38



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Belo Horizonte, compete a esta Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo apreciar e emitir parecer sobre proposições que versem sobre política e sistema educacional e cultural, promoção da educação física, do desporto e do lazer e política do desenvolvimento do turismo, como é o caso do projeto em análise.

Podemos observar que de acordo com os princípios fundamentais da Constituição do Estado brasileiro, é imperativo que a União estabeleça relações diplomáticas e cooperação internacional com os Estados ao redor do mundo, como expresso no artigo 21 da CRFB:

"Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;"

Além disso, a proposição se enquadra no princípio da eficiência, uma vez que, assegura que a cooperação internacional contribua para o interesse público e para o impulsionamento da educação municipal. A promoção do desenvolvimento mútuo, cultural, econômico e social deve ser alinhada aos interesses da comunidade.

Buscando aprimorar a educação, o projeto pode fundamentar a promoção da educação por meio do estabelecimento de programas de intercâmbio entre estudantes, professores e pesquisadores das cidades irmãs. Essa troca de conhecimentos e experiências contribuirá para o enriquecimento educacional e cultural de ambas as comunidades.

Além disso, ainda no tema de educação, no momento em que se celebram acordos que envolvam a cooperação educacional, as cidades irmãs podem colaborar em projetos acadêmicos conjuntos. Isso pode incluir pesquisas, desenvolvimento de programas educacionais inovadores e compartilhamento de boas práticas pedagógicas.

Considerando a diversidade cultural entre as cidades irmãs, que representarão diferentes nações, o projeto pode incentivar o aprendizado de idiomas estrangeiros. Isso não apenas facilitará a comunicação entre as comunidades, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também ampliará as oportunidades educacionais para os estudantes.

É possível observar também que a cooperação educacional entre as cidades pode incluir o estabelecimento de programas de bolsas de estudo, proporcionando oportunidades para estudantes das cidades irmãs participarem de cursos, intercâmbios acadêmicos e estágios, atingindo uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de jovens estudantes.

Por fim, o projeto pode se basear na promoção do turismo cultural entre as cidades irmãs, incentivando a visita de turistas de uma cidade à outra para explorar a riqueza cultural, história, arte e tradições únicas. Isso não só ampliará os investimentos da cidade como também a própria identidade turística.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, manifesto pela **aprovação** do Projeto de Lei 742/2023.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023.

**ALVARO DAMIAO
VIEIRA DA
PAZ:67336361668**

Assinado de forma digital por ALVARO
DAMIAO VIEIRA DA PAZ:67336361668
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
.Multipla vS, ou=20828519000170,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=ALVARO DAMIAO VIEIRA DA
PAZ:67336361668
Dados: 2023.12.12 13:37:44 -03'00'

**ÁLVARO DAMIÃO
Vereador – União Brasil
Relator**